

# **“20 ANOS DO PPGSS UERJ”: Desafios da Pós-Graduação no Brasil**

ENTREVISTA

COM A COORDENAÇÃO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NA CAPES\*

**Carla Cristina Lima de Almeida\*\*  
Isabel Cristina da Costa Cardoso\*\*\***

**EP - Desde 2016 e notadamente a partir do resultado das eleições presidenciais de 2018, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil caminha de costas para a nossa frágil e ainda recente experiência de democracia. Assistimos ao aprofundamento de práticas e discursos neoconservadores que se expressam em medidas de contrarreforma, de anulação das fronteiras entre Estado e religião e de não reconhecimento da alteridade como princípio de sociabilidade, levando ao aprofundamento de formas históricas de preconceito e estigma. Na avaliação da coordenação, como tal contexto impacta a universidade pública e a pós-graduação na atual conjuntura?**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa - A agenda do governo federal, resultante das eleições presidenciais de 2018, tem por base uma perspectiva teórica e prática ultraconservadoras que expressa: 1. a continuidade dos interesses das frações da classe dominante, com a defesa do avanço das privatizações dos serviços públicos, a desregulamentação das relações trabalhistas, o esfacelamento dos direitos sociais e políticos referentes às conquistas democráticas – adquiridas pela organização da classe trabalhadora, partidos políticos, movimentos sociais, sociedades científicas, dentre outros; 2. uma proposta de sociabilidade pautada na desvalorização dos avanços nas discussões mundiais sobre a importância de preservação do meio ambiente, da alimentação saudável e segurança alimentar, educação, ciência e tecnologia como forças motrizes do desenvolvimento de um país, diversidade de gênero, direitos humanos, raça, etnia e orientação sexual, somente para citar alguns exemplos. A pauta conservadora incide em processos regressivos de direitos das mulheres, in-

\* Entrevistadas: Denise Bomtempo Birche de Carvalho, Joana Valente Santana e Inez Terezinha Stampa (Gestão 2018-2022).

\*\* Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU, Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da UERJ, membro do corpo permanente da Pós-Graduação em Serviço Social e integrante do Comitê Editorial da Revista Em Pauta. E-mail: <carlacristina.almeida@yahoo.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8828-4997>>.

\*\*\* Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2005) e pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP. É professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora do Programa de Estudos de Trabalho e Política sediado na Faculdade de Serviço Social da UERJ e coordenadora do UrbanoSS - Grupo de Estudos Sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social. E-mail: <icostac2010@gmail.com>.

dígenas, quilombolas, direitos LGBTs, movimentos sociais urbanos e rurais, agravando, em especial, a vida dos jovens negros da periferia no Brasil, onde o extermínio – que se fazia presente nos governos anteriores – toma uma forma exacerbada; 3. pela desconstrução da produção do conhecimento científico, com a defesa, em seu lugar, de uma concepção conservadora na forma de compreender e intervir no mundo, baseada em valores religiosos e que negam o papel da ciência como elemento fundamental para descobertas de soluções para o desenvolvimento humano. Neste particular, a educação brasileira sofre os influxos desses elementos que, por sua vez, impactam as universidades públicas e o sistema de pós-graduação por meio da desvalorização do papel dessas universidades na sociedade brasileira, e a constante defesa do ensino privado e à distância; a intenção, e em muitos casos, a perspectiva da aposentação precoce de docentes e pesquisadores doutores, pela iminente reforma da previdência, o que deverá impactar fortemente os programas de pós-graduação no Brasil; os salários pouco atrativos a docentes em início de carreira; as condições de infraestrutura das universidades públicas, que dificultam sobremaneira o cotidiano da vida docente, discente e dos servidores técnico-administrativos; o excessivo trabalho docente, sobretudo para os que atuam no sistema de pós-graduação; o progressivo desinvestimento em pesquisa por parte do Estado, o que afeta docentes e discentes, sobretudo na pós-graduação; a desvalorização das universidades pelo lugar que ocupam na sociedade em relação aos questionamentos filosóficos e sociológicos da vida humana. Há um tensionamento em relação à perspectiva do pensamento crítico construído e disseminado nas universidades, particularmente as públicas. Por conta disso, tem-se produzido e disseminado um discurso conservador de depreciação do ofício do professor e do educador, em todos os níveis, que, na prática, vem estimulando a vigilância e o controle do trabalho docente, materializada por ameaças de registro em vídeo ou áudio, do ser e do fazer no âmbito do trabalho docente.

**EP - Ao longo dos anos tem se verificado muitas medidas de contingenciamento dos recursos para pesquisa e parâmetros para produção de conhecimento com repercussões deletérias nas diferentes áreas científicas, inclusive sem levar em conta dinâmicas próprias desses grupos, sobretudo os das carreiras de humanas. Enquanto área, como enfrentar essa perspectiva, que muitas vezes se reduz à afirmação de uma lógica produtivista no ensino superior?**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa - O contingenciamento de recursos às universidades públicas brasileiras não é recente e nem é uma exclusividade do governo atual. Entretanto, nesses quatro primeiros meses de 2019, os cortes orçamentários, em torno

de 30%, dos recursos de custeio das universidades públicas e dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, colocam em prática, de forma drástica, a proposta de desmonte do ensino superior gratuito em nível de graduação e pós-graduação. Se o corte orçamentário é uma ameaça ao ensino público e à produção de ciência e tecnologia em geral, nas ciências humanas e sociais aplicadas, em particular, o corte orçamentário se faz sentir não apenas no financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas, sobretudo, na desvalorização da natureza da investigação e das respostas científicas e impactos sociais e econômicos necessários ao bem estar da população. Nesse contexto, a Área de Serviço Social tem se articulado às outras áreas de conhecimento, particularmente às humanidades, no sentido de defender critérios de avaliação dos programas de pós-graduação que sejam condizentes às especificidades de ensino, pesquisa e produção científica dessas áreas, que tem como impactos da produção de conhecimento o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade brasileira, defendendo, desta forma, a garantia do financiamento de recursos públicos para essas áreas. A área de Serviço Social avalia como impacto social e econômico os processos de produção de conhecimento crítico acerca das expressões da questão social e da formação de recursos humanos qualificados para formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, no horizonte da defesa de direitos e do fortalecimento das lutas sociais, contribuindo para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional, resguardando a diversidade da realidade regional que interfere na problemática da pobreza e das desigualdades sociais.

### **EP – Qual o panorama da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil hoje e como avaliam o crescimento da área de Serviço Social na Pós-graduação nos últimos anos?**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa – A Pós-graduação *strictu sensu* em Serviço Social, no Brasil, faz parte de um processo histórico de expansão da Pós-graduação brasileira<sup>1</sup>. Na década de 1960 havia apenas 38 Programas de Pós-graduação no Brasil, e nenhum deles na área de Serviço Social. Em 2016 registravam-se 34 programas de pós-graduação em funcionamento nessa área. Tanto no quesito formação de recursos humanos, quanto nos impactos sociais, econômicos e políticos, os indicadores de relevância da área de Serviço Social para a sociedade se expressam na defesa radical da formação pública de qualidade, exclusivamente acadêmica, com enfoque no planejamento, na gestão e na avaliação de políticas públicas. Em 2019, a área de Serviço Social conta com 36

<sup>1</sup> Os dados sobre a expansão da pós-graduação e da área de conhecimento do Serviço Social é um resumo do Relatório de Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social 2017 (CAPES, 2017).

Programas de Pós-graduação, todos acadêmicos, sendo que 20 deles (55,6% do total) possuem cursos de Mestrado e Doutorado, distribuídos em todas as regiões do país. Desenvolvem cursos de Doutorado os Programas das seguintes Instituições: PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF. A área de Serviço Social é a única área, dentre as 49 áreas de conhecimento na CAPES, que não possui Programas de Pós-graduação na modalidade profissional. Em relação aos conceitos provenientes da Avaliação Quadrienal 2017, a área encontra-se da seguinte forma: 12 PPGs com conceito 3; 11 PPGs com conceito 4; cinco com conceito 6; quatro com conceito 5 e um Programa com conceito 7. As regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior número de PPGs da Área, com 33,3% cada região, seguidos da região Sul, com 16,6% e das regiões Norte e Centro Oeste, com 8,3% cada. Entre os 10 Programas avaliados com conceitos, 5, 6 e 7, a Região Sudeste apresenta 5 Programas com os melhores conceitos de avaliação. A maioria dos 36 PPGs encontra-se nas universidades públicas federais (23). Os demais programas são distribuídos nas universidades estaduais (7), instituições privadas (6), sendo destas últimas 5 comunitárias (4 PUCs: Rio/RS/SP/GO e 1 universidade católica – Universidade Católica de Pelotas - UCPEL), além de uma sem fins lucrativos (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM). Em relação à área básica, a maioria dos Programas encontra-se na área de Serviço Social (25), seguido de Política Social (7), Políticas Públicas (3) e Economia Doméstica (1). Cabe destacar que o Relatório da Avaliação Quadrienal da Área de Serviço Social (2017) registra 49,4% dos docentes dos PPGs com Doutorado em Serviço Social, seguindo-se de titulações nas grandes áreas de conhecimento. Nota-se que vem ocorrendo um processo de renovação gradual do quadro docente dos PPGs da área com a entrada de docentes titulados no período de 2000 a 2009, acompanhando a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação. Atualmente, mais da metade dos docentes são egressos de Programas de Pós-graduação que implantaram seus doutorados entre os anos 1990-2000. A expansão dos PPGs em Serviço Social continua de forma gradual. Em 2014 havia 33 Programas, dos quais 16 com Doutorado. Em 2015, foi aprovado o Mestrado em Serviço Social e Política Social na Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS (o primeiro em instituição pública nesse Estado); o Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (o primeiro em instituição pública federal nesse estado); e os Doutorados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e da Universidade Federal do Pará – UFPA (primeiro doutorado da área na Região Norte). Em 2016 foi aprovado o Doutorado na Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Vale registrar que no ano de 2018, após a Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pela CAPES, 03 novos Programas se constituíram em relação à área básica: 02 em Serviço Social e 01 em Política Social. Foram aprovados Programas

de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins (UFT), na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), suprimindo, assim, dois estados da federação (Tocantins e Bahia) de formação pós-graduada *stricto sensu* na área de Serviço Social. Registre-se também a aprovação, nesse mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A produção bibliográfica da área é expressiva e acompanha a curva de crescimento dos Programas. As produções bibliográficas e técnicas da área de Serviço Social têm impacto sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação e execução de políticas públicas, a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações de políticas. Ademais, a produção intelectual (bibliográfica) tem subsidiado uma gama de concursos públicos na área social, de uma maneira geral, e contribuído para o conhecimento crítico das diversas expressões da questão social e das desigualdades sociais e econômicas que impactam a vida social.

### **EP – Como entendem o papel das entidades coletivas de Serviço Social no fortalecimento da PGSS no Brasil?**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa - O Serviço Social brasileiro vem mantendo uma agenda coletiva, e reconhecidamente importante, de discussões em torno da formação e exercício profissional. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), articulados às entidades estudantis (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO) construíram e vem construindo, historicamente, pautas coletivas de fortalecimento da profissão de Serviço Social em relação ao ensino, à pesquisa, à extensão, à produção do conhecimento, vinculadas às lutas políticas por democracia, direitos humanos e emancipação humana. Nesse sentido, essas entidades cumprem um papel fundamental no fortalecimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. A Pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil valoriza a formação de nível superior e a produção de conhecimento baseado em perspectiva crítica, onde áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa desenvolvidos nestes PPGs são consoantes com as diretrizes curriculares construídas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Nesse sentido, cabe destacar a iniciativa da ABEPSS na organização de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), espaços de elaboração, produção e circulação do conhecimento, que reúnem pesquisadores para tratar de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre temas estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas, os quais são de interesse profissional

e da sociedade brasileira. A ABEPSS promove, também, a integração entre a pesquisa desenvolvida nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFA) e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a Pós-graduação na área de Serviço Social, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado de e em articulação com outras associações científicas. Neste sentido, considera-se essencial o diálogo constante com as entidades coletivas de Serviço Social.

## **EP - Quais os desafios centrais da área junto à CAPES?**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa – São muitos os desafios da coordenação da área de Serviço Social junto à CAPES, aos programas de pós-graduação e, principalmente, junto à sociedade. A área de Serviço Social considera que, no âmbito dos desafios, transformações e propostas, suas principais estratégias de formação e intervenção na realidade se efetivam na atuação profissional qualificada nas políticas públicas e sociais e, ainda, na articulação de organismos da sociedade civil para fortalecer e ampliar direitos. Destaca-se a centralidade na elaboração de indicadores para monitoramento e avaliação de políticas públicas, democratização das informações e fortalecimento da ação pública do Estado. Em várias reuniões da coordenação de área de Serviço Social com os coordenadores de Pós-graduação (de 2015 a novembro de 2018), alguns desafios postos à área 32 foram identificados:

- a. Ampliar a visibilidade dos grupos e das redes de pesquisa existentes, o que permitiria uma maior difusão do conhecimento construído na área em âmbitos local, regional nacional e internacional;
- b. Aprofundar a construção de indicadores e dimensões da avaliação da realidade contemporânea, sob o ponto de vista quanti-qualitativo, que expliquem os objetos de pesquisa e as demandas da realidade a serem respondidas em nível de Graduação e Pós-graduação. Trata-se de fortalecer a política de pesquisa e de formação de recursos humanos para a área. Este é outro desafio que vem recebendo especial atenção, em um constante diálogo com as organizações da categoria profissional e com as áreas afins do conhecimento;
- c. Criar estratégias em nível da área e dos PPGs, bem como com as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação, no sentido de promover melhor desempenho dos Programas e a consequente alteração dos conceitos dos cursos 3 e 4;
- d. Incentivar a indexação, em bases internacionais, dos periódicos da área qualificados nos maiores estratos;
- e. Criar parâmetros diferenciados de visibilidade e inserção nacional e internacional dos PPGs em relação às diferenças regionais, às diferenças de conceitos e às potencialidades de internacionalização;

f. Garantir a avaliação da área com base em critérios quantitativos e qualitativos que correspondam às diferentes realidades dos Programas em nível regional, financiamento de pesquisa e valorização da produção de conhecimento que expresse a dimensão de impactos sociais e econômicos concernentes à questão social e suas expressões. E, neste aspecto, contribuir com a revisão do *Qualis* periódicos e *Qualis* livros que se articulem com a realidade da Grande Área de Humanidades, no geral, e da área de Serviço Social, em particular;

g. Expandir os PPGs para regiões e microrregiões que apresentam demanda e condições para sua estruturação. Nesse sentido, faz-se importante o incentivo à expansão da Pós-graduação no âmbito do Serviço Social para a Região Norte, considerando que, dos sete estados dessa Região, apenas três possuem Cursos de Pós-graduação na área, com vazio nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Também na Região Centro-Oeste, há a necessidade de ampliação para o estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, hoje, os programas de Pós-graduação da área de Serviço Social se concentram, em sua maioria, em capitais (Curitiba/PR é a única capital que ainda não possui pós-graduação nessa área). Para reduzir as assimetrias regionais e intrarregionais, propõe-se a expansão dos PPGs em cidades de porte médio, que possuam instituições de ensino superior (IES) com capacidade de desenvolvimento de Programas, no sentido de contribuir com a interiorização da Pós-graduação em Serviço Social e colaborar no diagnóstico da realidade dos municípios e na proposta de soluções aos problemas socioeconômicos em parcerias com as prefeituras e secretarias estaduais e municipais. A área reforça a necessidade de financiamento público para indução e fortalecimento das ações de redução das assimetrias regionais e intrarregionais (Mestrado Interinstitucional - *Minter* e Doutorado Interinstitucional - *Dinter*, e outras formas de cooperação e associação entre IES). O acompanhamento e fortalecimento dos Programas deve estimular as trocas de experiências e de solidariedade entre os Programas, tendo em vista a diminuição das referidas assimetrias e a expansão da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil;

h. Apoiar os PPGs com conceito 3, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, e ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem conceito 4. Para redução das assimetrias regionais e intrarregionais, considera-se importante o apoio dos programas com conceitos 5, 6 e 7 a programas com conceito 3 e 4, e a necessidade de ampliar os cursos de Doutorado em Programas consolidados que possuem conceito 4;

i. Discutir de forma coletiva sobre os documentos orientadores da avaliação (documento de área, ficha de avaliação, documentos *Qualis*: Periódicos, Livros, Técnico/Tecnológico, Artístico Cultural e Classificação de Eventos), especialmente durante o Seminário de Meio Termo que deverá acontecer na sede da Capes no período de 4 a 6 de setembro de 2019. É importante registrar que neste Seminário deverá estar presente a representação da ABEPSS, como forma de garantir a articulação entre coordenação da Área,



coordenadores dos programas de pós-graduação e associação científica, para fortalecimento das pautas coletivas em defesa da educação pública brasileira;

j. Resistir, com veemência, e com apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da ABEPSS à tendência de privatizar a pós-graduação pública, presencial e acadêmica no âmbito do Serviço Social.

### **EP – Quais as principais pautas na agenda da Pós-graduação em Serviço Social para os próximos anos?**

Denise Bomtempo Birche de Carvalho / Joana Valente Santana / Inez Stampa - No contexto atual de incisiva diminuição de recursos para a educação superior no Brasil, uma primeira pauta diz respeito à necessidade da comunidade universitária demonstrar sua importância para a sociedade brasileira nos mais variados níveis da vida social, no sentido de ratificar a defesa das universidades públicas e o financiamento da pós-graduação. Por seu turno, a Pós-graduação em Serviço Social deve manter princípios éticos e políticos que orientem de forma intransigente a formação pós-graduada de nível superior, a pesquisa e produção científica (bibliográfica e técnica) que se volte aos estudos das desigualdades socioeconômicas no país e às lutas políticas como forma de contribuir para a defesa e fortalecimento da esfera pública estatal e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, com a intervenção qualificada nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional, bem como com as lutas políticas em defesa da cidadania e dos direitos humanos.

DOI: 10.12957/rep.2019.42545



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.